

O (NÃO) ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: FERRAMENTA PARA EXCLUSÃO SOCIAL DO NEGRO NA CIÊNCIA

Larissa Brito da Silva ¹
Cristina Lima da Silva ²

RESUMO

Almejando responder, de que forma o ensino da história da África e afro-brasileira está sendo trabalhada em sala de aula? E de que modo tal questão reflete no olhar que temos sobre o negro no Brasil? O trabalho propôs analisar o ensino de história da África nos anos iniciais do ensino fundamental como instrumento de formação e valorização do negro, bem como refletir sobre as contribuições culturais do povo africano para o povo brasileiro; compreender a importância do estudo da cultura africana nos anos iniciais do ensino fundamental e reconhecer a relevância da formação docente mediante ao estudo da História da África para um trabalho de qualidade. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada com cinco professoras de uma escola pública estadual da cidade de Cajazeiras-PB, no qual foi aplicada uma entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. É importante que o professor insira em suas metodologias práticas referentes ao ensino da história, que contribua para a formação de um cidadão consciente, crítico, e que respeite e valorize as diferenças e diversidades culturais. Havendo necessidade de novas abordagens, reflexões e ações que possam desconstruir estereótipos existentes ainda nas escolas, transpassando os muros e refletindo no meio social. Diante da experiência em campo, a fim de responder aos questionamentos da pesquisa pôde-se perceber que a problemática investigada ainda anda a passos lentos e, que esse ensino embora seja embasado por uma Lei obrigatória, não contempla todo o multiculturalismo da diversidade existente na sociedade.

Palavras-chave: História africana, História afro-brasileira, Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

A educação é uma das estratégias e principal ferramenta para romper com atitudes preconceituosas. Porém, para tornar possível a inclusão faz-se necessário uma formação bem estruturada, pensada para corroborar com novas atitudes de reflexão na mudança do ensino, de modo a desconstruir atitudes racistas, fazendo com que não se veja a Lei apenas como uma obrigação, mas ressaltando a temática como uma necessidade de transformação importante para a formação do indivíduo em meio a uma pluralidade de diversidade cultural e, somada as experiências dos africanos e afro-descendentes para a formação de uma sociedade diversa.

Percebemos assim, a necessidade dos alunos conhecerem o lado da história dos afro-brasileiros e africanos, em aspectos culturais, sociais e religiosos para compreenderem assim

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, larissa_lbs@hotmail.com;

² Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, cristinalima.cz@hotmail.com.

os valores que os povos negros têm. Desta forma, é necessário que seja trabalhado no âmbito escolar, histórias de um povo que ainda muitos desconhecem, para que através de novos conhecimentos possam formar novos conceitos. Compreendendo que o Brasil é um país formado por diferentes povos, que trazem consigo uma grande diversidade de cores, de culturas e costumes. Desta forma, promoveremos a desmitificação e poderemos romper com parte do preconceito e, isso só será possível através de uma educação que possa se estender a esse trabalho tão importante.

Com base nessas observações, o objetivo geral desta pesquisa foi o de analisar o ensino de história da África nos anos iniciais do ensino fundamental como instrumento de formação e valorização do negro e, tendo como objetivos específicos: refletir sobre as contribuições culturais do povo africano para o povo brasileiro; compreender a importância do estudo da cultura africana nos anos iniciais do ensino fundamental; identificar o processo histórico e legal culminante ao ensino de história africana e afro-brasileira e reconhecer a relevância da formação docente mediante ao estudo da História da África para um trabalho de qualidade.

Rever conceitos sobre a questão étnico-racial é imprescindível para enfrentar os possíveis conflitos existentes em sala de aula. Assim sendo, a relevância acadêmica e social deste trabalho será com o efeito de poder contribuir como um material teórico e pedagógico que sirva de estímulo para professores e para outros pesquisadores de maneira a buscar novas formulações de conceitos para práticas atuantes e relevantes na história da sociedade.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma escola pública estadual localizada na cidade de Cajazeiras PB, tendo enquanto sujeitos, professores que atuam nessa escola nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A amostra foi composta por cinco professores. Vale ressaltar que a coleta dos dados aqui apresentados deu-se através de um questionário de caracterização aplicado com as participantes da pesquisa.

Este estudo consiste em uma pesquisa com abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é uma pesquisa na qual busca descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema de pesquisa, buscando compreender e classificar os processos dinâmicos experimentados por grupos sociais (FÁVOLI; BLOGOSLOWSK; FACHI, 2010). A pesquisa qualitativa fornece subsídios para o pesquisador ter acesso ao fenômeno estudado, de modo a compreender com maior ênfase a realidade dos sujeitos pesquisados.

Para coletar os dados no campo empírico, foram utilizados um questionário de caracterização para conhecimento do perfil dos entrevistados e uma entrevista semiestruturada. Antes da aplicação da entrevista foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para garantir a confidencialidade dos sujeitos da pesquisa.

Minayo, (2006) ressalta que a entrevista semiestruturada é uma técnica que permite ao pesquisador obter informações mais detalhadas acerca dos aspectos mais relevantes do problema em estudo, possibilitando uma maneira mais apropriada de investigação.

Por se tratar de uma pesquisa do tipo qualitativa foi feito o uso da técnica da análise de conteúdo do tipo temática, método esse que parte da interpretação dos dados coletados, através da descrição de temas.

A técnica de análise de conteúdo “trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características [...] e extrair os momentos mais importantes” (RICHARDSON, 2010 p. 225). Esse procedimento permite ao pesquisador fazer uma leitura com maior ênfase acerca da fala dos entrevistados possibilitando uma compreensão acerca do objeto de estudo.

DESENVOLVIMENTO

Falar do ensino da história africana e afro-brasileira na atualidade, ainda é um desafio, ressaltando que a temática sempre que é lembrada nas aulas de história é com fatores negativos como a escravidão, fome, guerras, doenças. Percebe-se, ainda, nos dias atuais, que o ensino de história africana e cultura afro-brasileira ainda vêm sendo pouco abordado, deixando lacunas no que diz respeito a novas leituras sobre a importância do povo africano antes e após sua chegada ao Brasil. Pouco se fala da história da África, e dos africanos na contribuição em importantes áreas, como por exemplo: social, econômica, política e cultural na constituição da sociedade brasileira.

Desta forma, é importante que o professor insira em suas metodologias práticas referentes ao ensino da história, que contribua para a formação de um cidadão consciente, crítico, e que respeite e valorize as diferenças e diversidades culturais. Havendo necessidade de novas abordagens, reflexões e ações que possam desconstruir estereótipos existentes ainda nas escolas, transpassando os muros e refletindo no meio social. Corroborando, assim, Chagas (2017, p.02) enuncia que “a efetivação da educação étnica racial revelou a necessidade de o/a professor/a constantemente refletir sobre sua prática, rever o currículo escolar, material didático, ter acesso a discussão historiográfica recente o que lhe possibilitará rever novas abordagens em sala de aula.”

Percebemos que ao longo de toda trajetória do negro no Brasil, a luta por liberdade sempre foi uma das principais formas de resistência contra toda condição de escravidão pela qual os negros eram submetidos. Dessas lutas, foram surgindo algumas conquistas: a primeira foi à Lei do Ventre Livre também conhecida como “Lei Rio Branco”, que dava a liberdade a todos os filhos de escravas que nascessem a partir da publicação da referida. Esta Lei ainda não dava total liberdade aos negros, suas mães ainda permaneciam escravas de seus senhores. A Lei foi uma conquista pouco sucedida, mas a luta não parou por aí, sendo esta apenas mais um incentivo para não desistirem do sonho da liberdade.

Embora a conquista da Lei 2040/71 não tenha sido uma conquista em prol de todos os escravos da época, trazendo poucos benefícios a estes, foi o primeiro passo dado em busca de uma liberdade tão sonhada, que deu acesso a outras conquistas e uma delas foi a Lei Áurea, lei abolicionista que deu liberdade a todos os escravos da época e representou um marco. Esperança na vida daqueles que por muitos séculos foram submetidos a viver em cárcere privado, pois não tinham o direito de decidir por si só.

A Lei Áurea, outorgada pela princesa Isabel, regente da monarquia em nome do Império, promulga a Lei nº 3.343, de 13 de maio de 1888, declarando extinta a escravidão no Brasil. Embora sendo uma importante conquista, a Lei Áurea extinguiu a escravidão, porém os negros libertos tiveram dificuldades de integrarem-se em uma sociedade na qual o capitalismo dominava as áreas sociais. Os libertos não tiveram oportunidade de direitos de igualdade, sendo assim, os negros passam a ser vítimas de discriminação, preconceitos e racismo. Uma herança cruel que se arrasta no Brasil até os dias atuais.

Nessa perspectiva, os senhores não tinham mais nenhuma responsabilidade com o escravo liberto e, não estando acostumados com as formas de trabalho assalariado era uma novidade esse novo ritmo de vida. Percebe-se então, que a Lei Áurea, embora tenha dado aos escravos a carta de alforria, deixou lacunas que perpetuam na história do negro, no que diz respeito ao racismo e a discriminação social, bem como o descaso enquanto sujeito de direitos e valores. Nesse sentido, Augusto e Toniosso (2015, p.185) reforçam que “[...] a população negra sempre esteve às margens da sociedade brasileira e mesmo após a abolição não recebeu apoio necessário para ser incluído no exercício da cidadania”. A Lei foi mais uma manobra para a inviabilidade da escravidão, na qual os negros deixaram de serem escravos de seus senhores, mas tornaram-se escravo da sociedade.

No percurso das batalhas enfrentadas pelos movimentos sociais, vitórias foram sendo somadas na trajetória das lutas e na vida dos negros no Brasil e, no que diz respeito a tais direitos. Desse modo, o movimento negro mostra-se de grande relevância nesse processo, de

modo que com o passar de algumas décadas foi marcado por grandes lutas acerca da conquista por igualdade, educação, direito, liberdade e reconhecimento da história dos afro-brasileiros como cidadãos que trilharam um percurso doloroso para contribuir com Brasil de hoje. Esses movimentos sociais foram de fundamental importância para a população negra conquistar um espaço que viesse a ser visto como protagonista da sua própria história.

A luta dos movimentos sociais negro é pela viabilidade no que diz respeito a direitos que possibilitem a igualdade em todos os setores sociais, tendo o campo educacional um forte mecanismo para romper com o preconceito e qualquer forma de discriminação, sendo que para isso, faz-se necessário resgatar e garantir o reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira como possibilidades de extinguir as desigualdades sociais.

Durante todo o percurso da trajetória do negro e as conquistas almeçadas, os movimentos sociais ganharam força para continuar a lutar por direitos que valorizassem a cultura, as crenças, os valores e os costumes de forma intensa e efetiva nos currículos das escolas básicas, buscando romper com o único tipo de história apresentada que é a do branco, na qual a africana é apenas lembrada nas datas comemorativas.

A história africana ainda é bastante limitada no espaço escolar, no entanto, precisa ser recontada ao aluno sem fragmentos, de modo que o conhecimento que se tenha a respeito não retrate apenas o lado negativo, mas que seja evidenciado o lado positivo. Que diz respeito as contribuições desse povo para a formação da nação brasileira, com a finalidade de desfazer a visão negativa que se tem da África, o preconceito e discriminação sofrida pelos africanos e afro-descendentes. Já o fortalecimento dos movimentos sociais é por políticas afirmativas de combate ao racismo e discriminação, que repare os danos causados na vida desse povo, que com sua mão de obra contribuiu para o crescimento em todos os setores da sociedade brasileira.

Dessa forma, essas políticas têm como pressuposto a garantia dos direitos dos negros, reconhecendo seu valor cultural e individual, expressando assim a necessidade desse reconhecimento. Outorgando, enquanto Lei, a imprescindibilidade do ensino da cultura africana e afro-brasileira, desta maneira destaca-se a LDB, Lei nº 9.394/1996 a qual corrobora que, “**Art. 26-A.** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.”

O objetivo dessa legislação é de garantir a obrigatoriedade da inclusão do ensino de história africana e afro-brasileira nos currículos oficiais das escolas públicas e para a valorização da identidade africana, considerando essencial a temática para refletir sobre a relevância dos africanos escravizados, podendo analisar as mudanças após sua chegada ao Brasil, tais como costumes, cultura, crenças e valores. Direito esse garantido pela legislação em

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

busca de visibilidade da história dos africanos, desconstruindo a visão que se tem do negro no Brasil e construindo uma educação de igualdade para todos. Na medida em que espaços foram sendo ampliados para a implementação dessa Lei, atualizações foram sendo necessárias para a efetivação de forma mais rigorosa e eficaz.

Sendo assim, esta Lei é um reconhecimento às diferenças existentes, na maneira como é contada a história africana, há uma possibilidade de romper com um único modo de história - a eurocêntrica - dando oportunidade de serem contados os dois lados e valorizando, assim, nossa diversidade.

A efetivação dessa Lei é uma conquista importantíssima que dá a oportunidade da história africana e afro-brasileira ser recontada de maneira que possa possibilitar aos alunos um novo olhar social sob esta temática, com menos preconceito e discriminação. Essa aprovação, fruto de longa história de lutas pelo reconhecimento e pela reparação das desigualdades entre populações brancas e negras no Brasil, é vista como marco do avanço no tratamento da questão do ponto de vista governamental e legal [...]” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017, p.3).

Embora tais lutas tenham efetivado a obrigatoriedade dessa temática nos currículos oficiais, tanto da escola pública quanto privada de forma mais atuante, o cenário ainda é um pouco omissivo quando refere-se a falar das questões étnico-raciais. Nesse sentido, embora esse ensino ocorra de forma lenta, o Plano Nacional de Educação (PNE) reforça a importância da inclusão da história do negro, elaborando em seus respectivos artigos estratégias que possam contribuir para uma educação que vença toda e qualquer forma de desigualdade educacional e visando, também, promover ações relevantes para uma educação de qualidade que envolva todo contexto escolar.

O PNE, Lei nº 13.005 de 25 de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação para um ensino de qualidade, abrangendo aspectos importantes para a efetivação dos direitos garantidos por ela e que faz valer uma conquista importante, em seu Art.2º estabelece na diretriz III a “Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

O PNE é uma forma de articulação para a implementação da Lei 10639/03, ou seja, uma aproximação para uma visão multicultural na perspectiva crítica, que corrobora com as metas estabelecidas (OLIVEIRA; LIMA, 2015), constituindo-se um avanço nas Diretrizes Educacionais, uma vez que, conforme evidencia Hypolito (2015, p.531) “O PNE [...] pode ser perseguido com avanços para a educação pública se houver atuação que empodere as ações políticas dos docentes e dos movimentos sociais progressistas, no sentido de fazer valer os pontos estimulantes e motivadores para a melhoria da educação”.

No entanto, a formação profissional do professor é de bastante relevância para que venha ser cumprido nos currículos aquilo que de fato estabelece a Lei. Não basta, apenas, falar da história africana, mas sim desenvolver políticas de ações afirmativas incluindo novos conteúdos acerca da temática em discussão. Para que o aluno tenha a compreensão de todo processo de escravidão sofrido pelo negro e estimulando, assim, o respeito e reconhecimento da história de vida, fazendo com que o ensino da história africana desconstrua preconceitos e desigualdades sofridas pelos povos africanos e afro-descendentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino de história africana e afro-brasileira nos anos iniciais do Ensino Fundamental é mais uma conquista almejada pelo movimento negro mediante muita luta, que ao longo de muito tempo resiste contra qualquer forma de discriminação e preconceitos. Uma luta para a efetivação da temática em estudo como possibilidade desse ensino ser um caminho a manter vivo seu patrimônio de riqueza cultural e, para resgatar a historicidade africana, no intuito de valorizar de forma contundente a viabilidade do negro nas diversas áreas das camadas sociais.

E embora essa temática tenha sido legalizada e ganhado espaço percebe-se mediante as fala dos professores entrevistados que o ensino da diversidade cultural na prática, não está sendo transmitido de maneira adequada, como obriga a Lei 10639/03, percebendo que todos os diálogos das professoras entrevistadas mencionam enfrentar dificuldades e, que o livro didático é um dos grandes desafios de efetivação da temática encontrada no laboratório da sala de aula, sendo abordado apenas na semana da consciência negra ou em alguns momentos que surgir questionamento e fatos de discriminação.

No primeiro questionamento feito as professoras foi perguntado de que maneira na prática docente é enfatizado o ensino africano e afro-brasileiro. No que diz respeito a esse entendimento, as professores evidenciam que:

[...] eu uso interdisciplinar porque é uma história que é da nossa história, mas que também é bem presente em tudo né [...] eu uso os próprios alunos pra falar dessa miscigenação [...] **(Professora 4).**

Então eu trabalho história de uma forma interdisciplinar, e com respeito às práticas pedagógicas do ensino de história **(Professora 1).**

As narrativas feitas pelas professoras retratam semelhanças no que diz respeito a tratar o assunto em outras áreas do conhecimento de maneira interdisciplinar, incorporando metodologias aplicadas para enfatizar o ensino da temática em questão no contexto escolar, no qual focam esse ensino mostrando aos alunos a mistura de raças que é formado o nosso País. Corroborando, assim, com o que nos diz os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,

1997), que nos versa sobre os conteúdos transversais, no qual esses devem ser trabalhados não apenas em disciplinas únicas, mas de forma articulada em todos os componentes curriculares, sendo esses o estudo sobre cultura e diversidade, incluindo assim a história afro-brasileira.

Em relação a importância desse ensino no contexto da educação básica, para as professoras entrevistadas é de fundamental importância que a história africana e afro-brasileira seja recontada no contexto escolar de forma clara e objetiva, para que todos tenham a compreensão da diversidade cultural que engloba todo o processo histórico do País.

Ainda buscando compreender mais acerca do ensino da história africana e afro-brasileira, buscou-se analisar os valores africanos discutidos no âmbito escolar como significativos para a identidade do negro, bem como se o livro didático utilizado apresenta temas relacionados ao ensino da história africana, ao questionar sobre a representação exposta em sala de aula sobre os negros, faz-se necessário refletir acerca de como os livros didáticos apresentam essa temática, onde esse pode se configurar enquanto ferramenta que valorize ou menospreze a cultura e identidade negra, uma vez que as intervenções e práticas docentes são pautadas em seus conteúdos.

No entanto, acerca do fenômeno estudado, os professores entrevistados relatam que:

[...] os livros de histórias são sucintos demais sobre a questão do ensino da África [...] não tem aquele amplo assunto sobre a história da África. **(Professora 2).**

A escola não tem livro que fale, ou que retrate ou que mostre com clareza e eficácia a história da África [...] **(Professora 3).**

Diante desse questionamento, todos os participantes da pesquisa mencionam que o livro didático é um dos grandes problemas para a efetivação do ensino africano e afrodescendente em sala de aula, pois traz essa história de forma sucinta, restrita, apenas com imagens negativas do negro como escravo. Deixando de mostrar a resistência contra a maneira como eram tratados, as lutas, as reivindicações, conquistas, a trajetória e, que ao longo do tempo vieram ganhando espaço, direitos e valores.

Os livros não centralizam temas exigidos pelas diretrizes, ao ponto que mediante as falas percebe-se que embora o livro didático seja uma ferramenta importante de trabalho para o professor ele não contempla o que a Lei orienta. Desta forma os materiais didáticos ainda não estão preparados satisfatoriamente para atender a demanda da Lei, como ressalta Sewald (2015, p.424) quando diz que “[...] os personagens negros aparecem de maneira sucinta e em menor número se comparando a personagens eurodescendentes, além de contribuírem para a construção de uma imagem negativa e de inferioridade na criança.”

Nesse sentido, Silva e Martins (2011) destacam que é reduzido e insuficiente o destaque inferido à contribuição cultural da população negra nos livros didáticos, sendo retratada a

história de maneira caricatural, ou seja, omitindo as lutas que ao longo dos séculos foram fatores relevantes para viabilidade da história africana e afrodescendente. Desse modo, “[...] o livro didático não colabora para minimizar a inclusão do negro, pelo contrário continua sempre a lembrá-lo de que existe um lugar reservado para eles nos porões da sociedade” (SILVA; MARTINS, 2011, p.7), apresentando equívocos relacionados ao papel do negro, enfatizando a escravidão e deixando de transmitir mais sobre a cultura afro-brasileira.

As professoras, quando questionadas em relação a essa representatividade negra, discutida em sala de aula e a contribuição dessa discussão na formação da identidade negra do aluno, reforçam o pensamento com uma concepção do negro ligado ao trabalho escravo, trabalho braçal, incapacidade intelectual, inferiorizando o negro, conforme vemos a seguir:

O valor que nós sabemos que hoje a maioria dos negros só em ser negro a maioria já o taxa né de incapaz de pensar, isso a gente ver, então eu acho assim esses valor ainda está sendo conquistado, mesmo sabendo que o negro ele procura dar o máximo (**Professora 2**).

[...] porque quando os negros vieram para o Brasil foi cultivado a cana-de-açúcar, café, e a questão da mão de obra que os negros trouxeram pra nossa cultura (**Professora 3**).

Desta forma, é necessário pensar de que forma essa reprodução está contribuindo significativamente, de forma negativa ou positiva para a identidade do aluno negro. De acordo com Chagas (2017) os valores civilizatórios são pertinentes e estão presentes na identidade do povo brasileiro, nos costumes, religião, dança, música e, nem sempre a escola se atenta para enxergá-los, de modo que essa realidade pode ser apontada no distanciamento e pouco acesso que os professores tem com o material didático. Almeida e Sanches (2017) ressaltam que os livros didáticos reforçam estereótipos e uma visão negativa a população negra, contribuindo, dessa forma, para reforçar o preconceito e discriminação camuflados pelas ilustrações apresentadas, minimizando a importância de ressaltar os valores contribuintes para a formação de uma identidade positiva do negro, para se reconhecer como sujeito de valor.

Embora os professores relatem reconhecer a importância da Lei como um caminho para a valorização do negro no contexto social, percebe-se mediante as falas das mesmas o desconhecimento da Lei, bem como a não implementação da referida no currículo escolar.

Nesse sentido, faz-se necessário reforçar uma formação continuada para os professores acerca da demanda da Lei para a efetivação desse ensino no contexto da sala de aula. De acordo com Fontenele e Cavalcante (2016) a Lei em si não é o suficiente para contemplar a demanda, tendo em vista que o campo que engloba essa diversidade apresenta falhas por perpetuar por muito tempo um ensino totalmente eurocêntrico, contudo, é necessário repensar a formação

inicial do professor, para promover capacitação satisfatória, uma vez que a falta de preparação dificulta efetivar um ensino que promova a democracia social.

Ainda no contexto atual, a imagem que se traz do negro no livro didático são imagens selvagens do negro escravizado reproduzindo estereótipos e denegrindo sua imagem, de modo que a maneira como é abordada pode influenciar na não aceitação desse sujeito como descendente das matrizes africanas. Outro destaque na fala das entrevistadas é o reconhecimento da importância desse ensino, mesmo tendo pouco entendimento da Lei supracitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da coleta dos dados apanhados a partir da entrevista aplicada com questões referentes à temática em estudo, buscou-se averiguar sobre as metodologias que eram trabalhadas no âmbito da sala de aula, bem como o conhecimento acerca da lei 10639/03 para a efetivação de um ensino pautado na inclusão de uma história ainda contada de maneira fragmentada. A respeito do entendimento dos profissionais mediante o exposto, foi constatado que o ensino da história africana e afro-brasileira nos anos iniciais do ensino fundamental, embora tendo uma Lei que ampara esse ensino, visando ser trabalhada de maneira interdisciplinar, não dá conta de reparar todo esse processo histórico e cultural trazido pelos negros.

Constatou-se, também, acerca do conhecimento e a importância da Lei 10639/03 como uma possibilidade de inovar esse ensino, de mudar a nossa maneira de olhar esses povos, para compreendermos o processo que se constitui a formação das identidades brasileiras. Que os professores têm pouca intimidade e conhecimento sobre essa ferramenta legal, mas, atentam para a importância de ensinar essa cultura para o aluno negro se reconhecer como sujeito importante para a formação da sociedade, se valorizando e assumindo o espírito de luta, que é a essência e o carisma desses povos.

Nesse sentido de pouca intimidade com a realidade proposta pela Lei, faz-se necessária uma iniciativa na formação desse profissional para trabalhar os conteúdos importantes e necessários da história, ou seja, uma maneira de estar se atualizando na área, aprofundando-se teoricamente para aprimorar sua prática metodológica em sala de aula.

Ainda acerca da compreensão sob o dinamismo metodológico que pode ser incorporado ao objeto de estudo e tendo como a principal ferramenta de subsídio o livro didático, diante das falas das professoras foi revelado que esse é um dos principais obstáculos encontrados no

contexto escolar para trabalhar a temática abordada. Todos os professores entrevistados responderam que o material didático disponível não possibilita a inclusão positiva do negro como deveria acontecer, de modo que não fornece conteúdos que colaborem para valorizar a formação integral do negro.

Percebe que a Lei embora sendo uma realidade conquistada a mais de quinze anos, não se efetiva plenamente nos conteúdos imprescindíveis para desfazer a ideia que se tem da África e do negro, deixando lacunas na representação do negro para a sociedade, uma vez que deixa de mostrar as verdadeiras raízes trazidas pelos negros, como as religiões africanas, a música, a dança, teatro, as artes plásticas, toda resistência, as reivindicações e lutas por direito de igualdade. O processo de democracia social acaba sendo mascarado e inviabilizado nos livros didáticos, reforçando, dessa maneira, com a discriminação e o preconceito reproduzido na história contada de forma superficial.

Diante da compreensão dos professores acerca do objeto de estudo, foi apresentado semelhanças em algumas metodologias utilizadas, bem como esse ensino como sendo importante para o reconhecimento e valorização do negro nas camadas sociais, porém, muitas são as dificuldades existentes no campo educacional para que de verdade a Lei seja efetivada plenamente, uma vez, que o que é prescrito na Lei não se aproxima da realidade das escolas e, ainda, o material pedagógico disponível não dá relevância ao ensino africano e afro-descente.

Portanto, acreditamos que ainda há muito o que ser feito para alcançar o objetivo da Lei, a começar pela mudança nos livros didáticos, bem como investindo na formação dos professores, para que possam desenvolver uma prática pautada em um trabalho que ultrapasse a formação crítica da pessoa humana, ou seja, uma educação voltada para todo o processo histórico da humanidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B.; SANCHEZ, L. P. **Implementação da Lei 10639/2003- competências, habilidades e pesquisas para a transformação social.** Pro. posições, v. 28, n.1, p.55-80, 2017.

AUGUSTO, L. S.; TONIOSSO, J. P. **A temática africana no ensino de história nas series iniciais do ensino fundamental.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, v. 2, n. 1, p. 183-195, 2015.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário oficial, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” e da outras providências.** Diário oficial, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Secretaria de Educação fundamental – SEF. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: câmara dos deputados, serie legislação, 2014.

CHAGAS, W. F. **História e cultura afro-brasileira e africana na educação básica da Paraíba.** Educação & realidade, v. 42, n. 1, p. 79-98, 2017.

FAVOLI, H. I.; BLOGOSLAWSKI, I. P. R.; FACHINI, O. **Educar para pesquisa: normas para produção de textos científicos.** 3ª ed. Rio do sul- SC: Nova letra, 2010. 152p.

FONTENELE, Z. V.; SANTOS, N. F.; CAVALCANTE, M. P. **O ensino de história e cultura afro brasileira e indígena na visão de professores de escolas públicas.** In: CONEDU, Campina Grande, 2015.

HYPOLITO, A. L. M. Trabalho docente e o novo plano nacional de educação: valorização, formação e condições de trabalho. **Cad. Cedes**, v. 35, n. 97, p. 517-534, 2015.

LUCK. H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. **O desafio da pesquisa social.** Petrópolis: vozes, 2006.

OLIVEIRA, L. F.; LIMA, F. F. **O novo PNE e a educação para as relações étnico-raciais: urgências para o currículo de formação inicial docente.** In: 37ª reunião da ANPED, Florianópolis, 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2010.

SEWALDO, S. L. **Livro didático de história e inclusão da cultura afro-brasileira.** TCC (Especialização em relações étnico raciais) – Universidade federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SILVA, H. F. P.; MARTINS, E. As imagens do negro no livro didático de história. **Revista Pitágoras**, v. 1, n.1, p. 1-12, 2012.